



**O PROBLEMA DA OBJETIVAÇÃO PARA MICHEL FOUCAULT:  
UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA DO EXAME E DA CONFISSÃO**

**PABLO SEVERIANO BENEVIDES<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Este trabalho pretende argumentar pela centralidade do problema acerca das formas de objetivação dos saberes no pensamento de Michel Foucault. Como primeiro passo, identificaremos os dois primeiros obstáculos ao nosso empreendimento: os posicionamentos que, positivamente, caracterizam Michel Foucault como o filósofo da subjetividade, e aqueles que, negativamente, desconhecem qualquer contribuição sua para o campo das formas de objetivação dos saberes. Após isto, faremos uma análise das noções de enunciado e de formação discursiva para indicar que, já na arqueologia, Foucault toma a objetivação discursiva como sua grande preocupação teórica. Em seguida, passamos à análise dos procedimentos em jogo no exame, mecanismo próprio ao poder disciplinar, e, em seguida, às práticas de confissão. Esta análise objetiva, no redirecionamento de uma analítica dos saberes a uma analítica da subjetividade, reforçar o argumento de que não somente a preocupação com a objetividade persiste nas distintas fases do pensamento de Foucault como, ainda, que o filósofo constrói uma chave de leitura objetiva para a análise do que sempre despontou como domínio mais refratário à objetivação, a saber, o âmbito dos processos de subjetivação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enunciado, Analítica da subjetividade, Objetivação, Confissão, Exame.

**ABSTRACT:** This work intends to argue for the centrality of the problem regarding the forms of objectification of knowledge in Michel Foucault's thought. As a first step, we will identify the first two obstacles to our undertaking: the positions that, positively, characterize Michel Foucault as the philosopher of subjectivity, and those that, negatively, ignore any of his contributions to the field of forms of objectification of knowledge. After this, we will analyze the notions of statement and discursive formation to indicate that, already in archaeology, Foucault takes discursive objectification as his major theoretical concern. Next, we move on to analyzing the procedures at play in the exam, a mechanism specific to disciplinary power, and then to confession practices. This objective analysis, in the redirection of an analysis of knowledge to an analysis of subjectivity, reinforce the argument that not only does the concern with objectivity persist in the different phases of Foucault's thought, but also that the philosopher constructs an objective reading key for the analysis of what has always emerged as a domain most refractory to objectification, namely, the scope of subjectivation processes.

**KEYWORDS:** Statement, Analysis of subjectivity, Objectification, Confession, Examination.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestre em Filosofia pela UFC. E-mail: pabloseverianobenevides@hotmail.com.

Em meio a uma heterogeneidade não sintetizável de campos de análise e problematização – desde as condições de possibilidade para a discursividade própria às Ciências Humanas, passando pelos mecanismos de poder em jogo nas instituições penais e psiquiátricas, aterrissando nos problemas em torno da noção de estado e de governo e, por fim, desaguando na análise da Filosofia como cuidado de si e estética da existência –, tem se destacado, principalmente nas duas últimas décadas, uma espécie de conceito-chave, ou tema geral, ou, mesmo, horizonte de problematização, sobre o qual estariam soerguidas as análises de Michel Foucault: a *subjetividade*. Sob esse termo, tão polissêmico quanto capilarizado na discursividade contemporânea das Ciências Humanas, uma série de linhas de análise, por vezes flagrantemente discordantes entre si, têm encontrado aparente conciliação. Autores como Soler (2008), Neto (2017), Cardoso (2005), Silva e Veríssimo (2022), bem como uma vasta lista que poderíamos, sem tanta dificuldade, fazer referência, inflam a importância do conceito, do tema ou do problema da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. Nosso primeiro passo, portanto, é indicar a existência de uma significativa *formação discursiva*, nos termos concebidos por Foucault (2007) em sua *Arqueologia do Saber*, que pressiona, imprime capilaridade e transversaliza vários campos do saber levando a mensagem de que Foucault seria o pensador da subjetividade.

É certo que, se estamos a argumentar, por uma via positiva, imanente e ancorada em enunciados objetivos, sobre essa formação discursiva, podemos compreender sua existência olhando a outra face da moeda: trata-se do entendimento de que o pensamento de Michel Foucault seria incapaz de produzir certa objetividade em suas mais diversas análises. A linha mestra desta argumentação – a mais enfática e, talvez, que tenha produzido efeitos mais significativos – parece ter sido traçada por Habermas (2002), em *O Discurso Filosófico da Modernidade*, mediante sua virulenta crítica epistemológica a Foucault, e, posteriormente, aprofundada e deslocada por Žižek (1996), em seu *O Mapa da Ideologia*, para tratar da dificuldade própria ao pensamento foucaultiano para tratar de questões próprias à análise política. Daí seguiu-se toda uma massa de discursos, ora filiados à herança do idealismo na pragmática transcendental de Habermas, ora filiados à herança do marxismo no hegelianismo lacaniano de Žižek, ora, também, filiados ao campo geral da Filosofia Analítica – trata-se de discursos que, embora profundamente distintos entre si, encontravam um ponto de concordância: o pensamento de Michel Foucault é incapaz de alcançar uma objetividade necessária tanto à Filosofia (teórica e política) quanto às Ciências Humanas. Sobre a relação com a Filosofia Analítica, Vázquez García (2009) salienta que, apesar de o próprio Foucault nunca ter

expresso qualquer crítica ao modo de produção da verdade por esta forma de fazer Filosofia, tendo, ao contrário, manifestado certa admiração pelo rigor com o qual procediam em suas análises, o campo dos estudos foucaultiano produziu uma infértil aversão à Filosofia Analítica – o que contribuiu ainda mais para o que estamos, aqui, argumentando: o entendimento amplo de que Foucault não conferia importância ao tema da objetivação, mas, ao contrário, seria um dos principais adversários da ideia de que é possível alcançar um saber objetivo.

Estabelecemos, como marco inicial, esta dupla pressão: por um lado, um conjunto de discursos que colocam Foucault como “o pensador da subjetividade” e, por outro, um conjunto de referências que excluem o pensamento de Foucault daqueles que podem trazer uma contribuição, para a Filosofia e as Ciências Humanas, sobre o problema da objetivação. O leitor, certamente, não tardará em adivinhar o porquê de assim procedermos. Afinal, se o próprio título do artigo parte de um pressuposto (a saber, que o pensamento de Michel Foucault se debruça sobre o problema da objetivação), ele há de explicitar, de ponta a ponta, as razões pelas quais consideramos que Foucault traz ferramentas analíticas de suma importância para contribuir no debate acerca das possíveis formas de objetivação do saber. Isso implica, como também argumentaremos adiante, não somente em um movimento de conferir alcance filosófico às análises foucaultianas, mas de mostrar sua importância para lidar com modalidades de objetivação no campo da pedagogia, da psicologia, da sociologia e do campo geral das ciências humanas.

Para os propósitos desta introdução não nos cabe, portanto, mostrar as aparentes razões de ambos os lados. Nem mesmo qualquer crítica. Não importa, aos nossos objetivos, nos demorarmos excessivamente nas análises que colocam Foucault como “o pensador da subjetividade” e, muito menos, naquelas que o excluem do campo de reflexão sobre as formas de objetivação. Todavia, importa a nós – e, aqui, já começamos, timidamente, a ensaiar uma forma de objetivação lastreada em Foucault (1997a) – que *existem enunciados efetivos*, em larga escala, capilarizados, que não se reduzem a uma perspectiva isolada, que se constituem *objetivamente* como obstáculos prévios ao nosso trabalho. A arqueogenealogia, como acoplamento teórico, metodológico e político entre a arqueologia e a genealogia (BENEVIDES; SIEBRA, 2020), compreende que a simples existência de uma multiplicidade organizada de enunciados, sejam eles científicos ou não, verdadeiros ou não, qualificados ou não, constitui uma certa pressão discursiva. Indicá-la, ainda que de forma breve, é, pois, sempre, o primeiro passo. Afinal, a ordem o discurso constitui o sistema de filiações, de antagonismos, de referências, de críticas e do jogo claudicante das influências, dos precursores e dos fundadores,

jogo esse que, ainda que um tanto ilusório caso olhemos mais de perto, é condição de possibilidade para que um discurso seja escutado sem vir de uma *exterioridade selvagem* (FOUCAULT, 2011). Posicionadas as vizinhanças discursivas, resta-nos saber como lidar com elas.

Nosso propósito, neste trabalho, é bastante claro e seu objetivo já deixará claro de que forma lidaremos com as duas vizinhanças discursivas acima referidas: trata-se de argumentar no sentido de que o pensamento de Michel Foucault, desde os primórdios da década de 50 até seu crepúsculo na década de 80, é perpassado pelo problema da objetivação. E, indo adiante: trata-se, para Foucault, de objetivar precisamente aquilo que grande parte do pensamento ocidental descuidou de objetivar e, portanto, excluiu, de forma geral, de considerar como acontecimento digno de análise. Ao irmos adiante, deslocaremos a problemática da objetivação, no pensamento de Michel Foucault, de uma analítica dos saberes para uma analítica da subjetivação.

Em um primeiro momento, apresentaremos as diretrizes gerais do que, neste trabalho, chamamos, de forma propedêutica, de *utopia arqueológica*: a redução do psicologismo, da teleologia e da prática da interpretação à crueza do enunciado. Em um segundo momento, conferiremos atenção à análise feita por Foucault (1997b), em *Vigiar e Punir*, acerca dos procedimentos do *exame* – e isto para indicar como, de fato, deu-se, nas sociedades ocidentais modernas, o conjunto de produções de enunciados cuja objetividade derivava, diretamente, de seu poder institucional. No tópico derradeiro, dedicaremos um espaço significativo às análises de Foucault (2009), realizadas em sua obra *A Vontade de Saber*, acerca das práticas de *confissão*. Isto para argumentar que o modo de constituição do que hoje chamamos de interioridade deriva de práticas e dispositivos bastante específicos que podemos somente indicar na especificidade de seu tempo. Ao chegarmos nesse momento, esperamos que o leitor já tenha compreendido que não há, para o pensamento de Foucault, qualquer tipo de oposição entre subjetivação e objetivação – e, indo além, esperamos também que resulte claro que, mesmo nas análises acerca do que tanto se chamou de subjetividade, há, no pensamento de Foucault, sempre, um *primado da análise dos processos de objetivação sobre os processos de subjetivação*.

### **A utopia arqueológica: o enunciado e as formações discursivas como modos de objetivação do discurso**

A existência de um caminho claro a perseguir nos furtará da infertilidade da exegese, da totalidade ou do jogo didático e pouco rigoroso das classificações fáceis demais – por isso, não

iremos, aqui, falar em abstrato da arqueologia, mencionar as distintas obras que compõem esta fase do pensamento de Foucault e diferenciá-la de outras para, finalmente, posicionar nosso questionamento. Ao contrário, iniciamos de forma direta: a *Arqueologia do Saber*, obra escrita por Foucault (1997a) em 1969, consiste em seu maior esforço metodológico para alçar certa objetividade quanto ao trato da discursividade imanente às ciências e, especialmente, às ciências do homem. O passo inicial, todavia, não é *acrescentar* exigências para o alcance da objetividade, mas, ao contrário, para usar um termo deleuziano, *descarregar* certos hábitos teóricos que foram aderidos ao problema da objetivação, mas que, antes de possibilitá-la, findam por dificultá-la.

[...] o destino da racionalidade e da teleologia das ciências, o longo trabalho contínuo do pensamento através do tempo, o despertar e o progresso da consciência, o movimento inacabado das totalizações, o retorno a uma origem sempre aberta e, finalmente, a temática histórico-transcendental – tudo isso não corre o risco de desaparecer, liberando à análise um espaço branco, indiferente, sem interioridade nem promessa? (FOUCAULT, 1997a, p. 45).

O espaço branco é o espaço arqueológico em que os enunciados aparecem desacompanhados e despídos: descarregados de pressupostos, libertos de seu suposto significado latente, desgarrados de sua filiação às “áreas do saber”, ao jogo das autorias e ao mistério das influências. Utopia arqueológica, o que Foucault (1997a) chama de “espaço branco” é, ao mesmo tempo, um espaço que precisa ser descolorido e um espaço que comporta a existência da totalidade de cores. Espaço descolorido porque subtraído da mistura confusa das cores que confundem a visão de uma análise objetiva: dos temas psicologistas do autor, da influência e da expressão; dos temas transcendentais da fundamentação, da universalidade e da estrutura; e, ainda, dos temas históricos da teleologia, do desenvolvimento e das grandes evoluções latentes. Espaço que comporta a existência de todas as cores – e, aqui, acrescentamos: de todas as cores *efetivas*. Isto porque, por um lado, a arqueologia não é uma análise dos enunciados possíveis, dos enunciados latentes, ou, pior ainda, dos enunciados não-enunciados, mas sim do enunciado enquanto acontecimento. E, por outro, porque a arqueologia abstrai, na análise dos enunciados que compõem as formações discursivas, os sistemas pétreos e sagrados que dividem definitivamente os discursos (as “áreas do saber”), a linha de corte que separa a ciência do senso-comum e, ainda, qualquer qualificação dos discursos em termos de “verdadeiro” ou “falso”. Ora, mas não encontraríamos, aí, justamente o caos – esse estado de coisas para a evitação do qual a Filosofia respondeu em termos da fundamentação do conhecimento objetivo?

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria” (FOUCAULT, 1997a, p. 43).

Será, portanto, nas *formações discursivas* que encontraremos o Ovo de Colombo das exaustivas buscas pela objetividade: a regularidade de um conjunto de enunciados que se repete, transversalizando extratos do discurso que gozam de uma identidade emprestada pela procrastinação do hábito, pressionando discursos outros a saírem de seu caminho e atraindo outros enunciados – será nesse movimento zigzagueante da *realidade discursiva* que encontraremos a objetividade. A universalidade, a totalidade e a generalidade serão, em um contragolpe de maestria, consideradas pela arqueologia como os principais obstáculos para a objetivação dos discursos, posto que introduzem ilações, ambiguidades, confusões e regiões inacessíveis à análise. Será, portanto, na singularidade *deste* enunciado, dito da forma como é dito, no momento em que é dito, na superfície de inscrição em que é grafado e (dirá Foucault mais adiante) movimentando as forças institucionais, sociais e políticas que movimenta, que encontramos a objetividade. Ela habita a crueza do zumbido discursivo (FOUCAULT, 2011) que vibra desta forma porque não poderia vibrar de outra forma.

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar porque não poderia ser outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise [a análise do campo discursivo] poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 1997a, p.31-32).

Assim, o enunciado – matéria prima do discurso – é tomado em sua tenacidade, em sua crueza e em sua singularidade. Não busquemos, portanto, a significação de um enunciado. Ela será sempre misteriosa demais, recuará para uma profundidade sempre confusa e estará pronta a desrespeitar o enunciado efetivo. E não há mistérios no objeto. Não é necessário que algo *alce o estatuto de objeto*; pelo contrário, é necessário livrar a análise das manias teóricas – psicologistas, transcendentalistas e historicistas – para que as formas pomposas das mofadas análises do discurso tirem as máscaras e os enunciados apareçam. Da mesma forma que a arqueologia recusa a atitude teleológica, das grandes sínteses e das grandes escatologias, tal

como encampada pelo pensamento hegeliano e marxista, também recusa a presentificação do real em si mesmo, seja pela via da fenomenologia, seja pela via dos novos positivismos. Afinal, a objetivação depende de um sistema contingente, dissensual e fortemente agonístico de mapeamento das regularidades que regem a dispersão dos enunciados. A ausência de mistérios nada tem a ver com a obviedade dos consensos. O trecho abaixo resume, com precisão ímpar, para onde Foucault (1997a) dirige e para onde não dirige sua linha geral de análise das formas de objetivação:

[...] não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições, ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e não dizer; substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só dele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão. (FOUCAULT, 1997a, p.54-55).

Desparece, então, para o tipo de objetivação que pretende a arqueologia, o problema da relação entre linguagem e mundo: os objetos são, desde já, objetos de um discurso; todavia, não há aí qualquer mágica: *objeto* será precisamente o efeito de regras que, ao repartirem o discurso, produzem certa regularidade. A dispersão, compreendida como a multiplicidade do espaço discursivo, não é mais a ameaça ao objeto, supostamente definido por sua unidade, identidade e constância. Não é necessário, por exemplo, que um conceito tenha sempre os mesmos usos para admitirmos a existência desse conceito, tampouco é necessário que exista qualquer consenso sobre a referência de um conceito a um objeto para que se deixe de falar ou se passe a falar d“o” objeto. As imprecisões não são mais impeditivos: são caminhos, trilhas, vetores que a análise arqueológica deve seguir caso queira mapear, de forma satisfatória, a objetividade dos enunciados. Isso porque a objetividade se refere a uma certa posição, fixada de forma provisória, porém não aleatória, diante da ordem do discurso (FOUCAULT, 2011). O espaço discursivo funciona como uma espécie de campo magnético em que a força de um enunciado atrai a força de alguns enunciados e repele a de outros. Foucault (2007) mostra, talvez de forma ainda mais nítida em *As Palavras e as Coisas*, que a existência de uma *episteme* mobiliza toda uma organização discursiva e que, por sua vez, a mutação de uma *episteme* (como a mutação

da episteme clássica pela episteme moderna) implica na substituição de um grupo de enunciados, de proposições, de esquemas conceituais, de pressupostos e formas de pensar por outras.

Embora, até o momento, tenhamos mantido certa generalidade e certo distanciamento das formas concretas de inscrição dos enunciados, essa questão passará a ser central na chamada “fase genealógica de Foucault”, que tem início em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, intitulada *A Ordem do discurso* (FOUCAULT, 2011). Nesta ocasião, Foucault (2011) menciona dois conjuntos de princípios que guiarão suas futuras análises: um crítico e um genealógico. O segundo, que nos interessa em particular, nos põe a responder “[...] como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discurso; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 2011, p.60-61).

Portanto, para pesquisar os sistemas de coerção, as normas, as condições de crescimento, variação etc., faz-se necessário articular uma analítica do discurso a uma analítica do poder que se mostrará, em seguida, como analítica da subjetividade. A objetivação requererá, deste modo, uma análise dos dispositivos complexos que produzem os enunciados e funcionam como sua superfície de inscrição. E, aqui, para não sermos exaustivos, prolixos e pouco esclarecedores, seremos estratégicos. Faremos a análise específica do *exame*, tal como tratado por Foucault (1997b) em *Vigiar e Punir*, para bem compreendermos os processos que envolvem a extração da matéria-prima do discurso e, portanto, daquilo que ancora sua objetividade em regras que regulam a dispersão já codificada pelo signo do exercício do poder – e, no caso em questão, do exercício do *poder disciplinar*. Somente após passamos por este ponto compreenderemos como os mecanismos de *confissão*, embora produtores do que modernamente se chamou de “interioridade”, são analisados por Foucault (2009) desde o ponto de vista da objetivação produzida por um complexo dispositivo: o *dispositivo da sexualidade*.

### **A constituição da individualidade pela objetivação das técnicas de exame**

Por que uma análise acerca dos mecanismos próprios ao exame constitui importante elemento no que diz respeito à resposta ao problema da objetivação para Michel Foucault? Ora, uma vez que nos deslocamos – na passagem da arqueologia para a genealogia – do mapeamento das regras que regem a dispersão dos enunciados para uma análise das formas concretas de produção e circulação dos enunciados, não demoraremos a compreender o porquê de o exame constituir no mecanismo de poder estratégico para as formas de objetivação e constituição do saber. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1997b) compreende que o exame, ao combinar as técnicas

de vigilância do olhar hierárquico e as técnicas de sanção dos processos de normalização, ao mesmo tempo constitui a individualidade sob o signo prévio de uma objetividade e permite a abertura de uma série de campos de saber, como a pedagogia, a psicologia e a medicina.

[...] o exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio, em vez de impor sua marca a seus súditos, capta-os num mecanismo de objetivação. No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. E o exame vale como cerimônia dessa objetivação (FOUCAULT, 1997b, p.156).

Exame médico, exame psicológico, exame pedagógico – em todos os casos, temos posto um esquema prévio de objetivação: um processo de coleta, o posicionamento de um resultado específico em um conjunto geral, o perfilamento de tendências, a possibilidade de agrupamento de casos que apresentam semelhantes resultados e, portanto, a matéria-prima concreta para o soerguimento de uma ciência empírica calcada na objetivação que lhe oferece o exame. Afinal, trata-se, em quaisquer dos tipos de exame, não somente de técnicas de extração daquilo que está dentro (da pele, do cérebro, da alma), mas da própria codificação daquilo que é extraído a partir das regras que pré-fixam o sujeito dentro de uma gramática específica que será, mediante seu preenchimento empírico, a própria linguagem da objetividade: “[...] é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros, e isso em sua própria individualidade; e é o indivíduo que tem que ser trinado, classificado, normalizado, excluído” (FOUCAULT, 1997b, p.159).

A análise do exame como forma de poder específica aos processos de objetivação e, portanto, como dispositivo essencial para a constituição do cruzamento entre as ciências clínicas e as ciências do homem, indica uma linha de análise outra em relação à problemática da objetivação. E, quando dizemos “outra”, estamos nos referindo ao modo como, habitualmente, a Filosofia pensa os processos de objetivação; mas, principalmente, como parte das próprias ciências empíricas busca, como que sob a forma desesperada de um pedido de socorro, o auxílio da Filosofia para “fundamentar” o seu conhecimento e, assim, garantir-lhe “objetividade”. Se *Vigiar e Punir* é uma obra que teve e tem o alcance, o impacto e a capilarização que sabemos ter, isto se deve ao fato de ser, ainda, uma obra de ousadia rara – e, talvez, um de seus mais significativos momentos seja *a recusa à ideia de que a objetivação depende da fundamentação*. Ou, ainda, a recusa à obrigação, muitas vezes autoimposta às ciências empíricas, de encontrar, na Filosofia, o fundamento para as questões que lhes são próprias, fundamento este que (como muitos talvez acreditem) lhes daria a nobreza que esses

artesãos da individualidade pressentem perder quando lidam mais de perto com seu “objeto” de estudo.

Importância decisiva, conseqüentemente, dessas pequenas técnicas de anotação, de registro, de constituição de processos, de colocação em colunas que nos são familiares, mas que permitiram a liberação epistemológica das ciências do indivíduo. Sem dúvida temos razão em colocar o problema aristotélico: é possível uma ciência do indivíduo, e legítima? Para um grande problema, grandes soluções talvez. Mas para o pequeno problema histórico da emergência, pelo fim do século XVIII, do que se poderia colocar sob a sigla de ciências “clínicas”; problema da entrada do indivíduo (e não mais da espécie) no campo do saber; problema da entrada de descrição singular, do interrogatório, da anamnese, do “processo” no funcionamento geral do discurso científico. Para essa simples questão de fato, é preciso sem dúvida uma resposta sem grandeza: é preciso ver o lado dos mecanismos de exame, o lado da formação dos dispositivos de disciplina e da formação de um novo tipo de poder sobre os corpos. O nascimento das ciências do homem? Aparentemente ele deve ser procurado nesses arquivos de pouca glória onde foi elaborado o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos (FOUCAULT, 1997b, p.159).

Não há, portanto, muitos elos em comum entre o problema da objetivação, tal como compreendido por Foucault a partir de seu momento genealógico, e os debates epistemológicos, ontológicos ou linguísticos que, seja pela via dos kantismos e neo-kantismos, dos pragmatismos e neopragmatismos, dos realismos e anti-realismos, ou mesmo da fenomenologia e da hermenêutica, abstraem a questão do poder e, portanto, não compreendem a objetivação do ponto de vista da concretude dos dispositivos de poder que a torna possível. Não seria exagero, ainda, afirmar que Foucault (1997b) faz muito mais do que acrescentar uma nova forma de considerar o problema da objetivação; diferentemente, trata-se, aqui, muito mais de um deslocamento do que de um acréscimo, deslocamento este que retira a primazia da análise filosófica (sob as perspectivas que aqui mencionamos) sobre o problema da produção de um conhecimento objetivo nas ciências humanas.

Sob o problema da objetivação encontra-se, ainda, a sutileza da crítica foucaultiana a uma atitude bastante específica às Filosofias do Iluminismo: considerar o indivíduo do ponto de vista de seus caracteres abstratos, especulativos e de direito, a saber: autonomia, racionalidade, criticidade, moralidade, individualidade, capacidade de fazer uso das faculdades transcendentais etc. Trata-se, segundo Foucault (2012), “[...] do sujeito abstrato, definido por direitos individuais, que nenhum poder pode limitar a não ser que ele consinta por contrato” (p.71). A esse *indivíduo jurídico*, “desobjetivado”, Foucault (2012) opôs o *indivíduo disciplinar*, objetivado.

Portanto vocês têm no poder disciplinar uma série constituída pela função-sujeito, a singularidade somática, o olhar constante, a escrita, o mecanismo de punição

infinitesimal, a projeção da psiquê e, finalmente, a divisão normal-anormal. É tudo isso que constitui o indivíduo disciplinar. [...] o que se deve chamar de indivíduo é o efeito produzido, o resultado dessa vinculação, pelas técnicas que lhes indiquei, do poder político à singularidade somática (FOUCAULT, 2012, p.69).

Dessa forma, elide-se qualquer oposição entre aquilo que diz respeito ao indivíduo e aquilo que se (em)presta à objetivação. O indivíduo não é mais o refúgio do imprevisível nas figuras misteriosas da interioridade, mas “uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder chamada disciplina” (FOUCAULT, 1997b, p.161). Longe de ser o obstáculo para o alcance da objetividade, o indivíduo é já, ele mesmo, efeito dos processos de objetivação. Ele somente reconhece sua identidade, suas idiosincrasias, sua personalidade, seus traços específicos e os elementos que compõem este espectro chamado “vida psicológica”, sobre o qual se jogou tanto encanto, tanto terror e tanto mistério, em uma gramática prévia, em mecanismos de poder que agem ininterruptamente e em um conjunto de dispositivos que determina, como em um jogo de batalha naval, o cruzamento singular de elementos previamente dispostos no tabuleiro. Em suma, é somente dentro de um campo prévio de objetivação que aparece o indivíduo; e, quando aparece, não aparece fazendo desaparecer, quebrando a casca ou rompendo os ferrolhos da disciplina. Pelo contrário. A afirmação de si, da singularidade do indivíduo, da verdade íntima e única que aparenta portar, constitui, apesar das aparências de liberdade e de autenticidade, justamente na forma de manifestação, por excelência, das previsíveis marcas da objetivação disciplinar.

O homem de que nos falamos e nos convidamos a liberar já é, em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma “alma” o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo (FOUCAULT, 1997b, p.29).

Ora, mas não seria precipitação considerar que o domínio do que chamamos de “individualidade”, e que muitas vezes se confundiu com a própria noção de “interioridade” e de “subjetividade”, possa ser compreendido de forma tão simples, a saber, como efeito de uma tecnologia disciplinar que assume a forma geral da objetivação mediante o exame? Nossa trilha analítica nos conduz, portanto, do exame, como técnica de produção do indivíduo, para a confissão, como prática de subjetivação.

### A confissão como prática de produção da subjetividade e da verdade

Mais uma vez, sejamos diretos: apesar de Foucault (2009) tratar do tema da confissão de forma quase que aderida ao que chamou de “dispositivo da sexualidade”, gostaríamos, nesse trabalho, de conferir um valor, se não epistemológico, pelo menos analítico às práticas de confissão. E isso quer dizer: não se trata, somente, de explicitar o modo como Foucault tratou do problema da confissão, seja no livro *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 2009), seja na palestra *Cristianismo e Confissão* (FOUCAULT, 2010a), seja no curso ministrado no *Collège de France* que tem por título *Do Governo dos Vivos* (FOUCAULT, 2010b), seja no curso ministrado em Louvain, intitulado *Malfazer, dizer verdadeiro: função da confissão em juízo* (FOUCAULT, 2018). Trata-se, diferentemente, de fazer algo a mais: analisar, a partir da capilarização, da quase invisibilidade e da insistência desse poder de *fazer falar*, o modo como se pôde avançar nos processos de sujeição às novas formas de objetivação, distintas daquelas que caracterizavam o poder disciplinar. Portanto, não somente expor a análise da confissão, mas, a partir da análise da confissão, expor como se deu um avanço nos domínios da objetivação da subjetividade.

Ao tematizar, em sua obra *A Vontade de Saber*, a hipótese repressiva e o dispositivo da sexualidade, Foucault (2009) atribui uma função central às práticas de confissão. Elas revelariam uma estratégia fundamental desse dispositivo: fazer-nos crer que o silêncio é signo do poder e o ato de falar de si mesmo é signo da libertação; que temos uma inclinação espontânea à verbalização de nossos desejos mais íntimos e que sua contenção é tributária às mais distintas formas de coerção; que, em suma, temos o desejo natural de descobrir quem somos nós e que sua interrupção visa, sempre, agir contra a manifestação de nossa própria verdade (GROS, 2004). E, para que esse ato de falar de si não seja nem superficial e nem esgotável, o jogo proposto pela confissão assumirá o pressuposto de que a verdade sobre si mesma está, sempre, escondida, mascarada, reprimida e enterrada nas dobras da alma. Portanto, falar de si mesmo seria, ao mesmo tempo, uma tarefa árdua, infinita e libertadora; uma tarefa, então, necessária à emancipação individual e à assunção da verdade de si mais autêntica.

É preciso estar muito iludido com esse ardil interno da confissão para atribuir à censura, à interdição de dizer e de pensar, um papel fundamental; é necessária uma representação muito invertida do poder, para nos fazer acreditar que é de liberdade que nos falamos todas essas vezes que há tanto tempo, em nossa civilização, ruminaram a formidável injunção de devermos dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido, o que escondemos e o que se oculta, o que não pensamos e o que pensamos inadvertidamente (FOUCAULT, 2009, p.69).

A confissão, portanto, encontra uma potente justificativa para fazer funcionar seus mecanismos; se a disciplina, em seu caráter econômico e discreto, busca conter o ímpeto coercitivo de suas práticas, a confissão não dispõe dessa preocupação. Diferentemente da disciplina, forma de poder no interior da qual se coloca o mecanismo de objetivação do exame, as práticas de confissão são explicitamente estimuladas e incitadas nos mais distintos extratos do corpo social. É assim que as análises de Foucault (2009, 2010a, 2010b, 2018) tratam da passagem da confissão de um campo religioso-espiritual, para um campo jurídico-punitivo e, em seguida, em direção a um campo científico-hermenêutico.

Sem dúvida, podemos estender a pujança das práticas de confissão, como verbalização da suposta verdade de si, também aos campos das redes sociais, das mídias digitais e das plataformas de produção de conteúdo – e, assim, fazer uma relação significativa entre os processos de confissão e aquilo que Mayer-Schönberger e Cukier (2013) vêm chamando de “processos de datificação”. Esses processos estariam na base da objetivação dos novos processos de individuação, que Cheney-Lippold (2011) compreendeu como “identidade algorítmica” e Solove (2004) tematizou sob o signo de um “dossiê digital”. As novas formas de individuação tecnopolítica parecem, portanto, esticar a linha elástica de uma analítica da confissão como prática de objetivação da subjetividade: mediante ela – seja como prática religiosa, jurídica, científica ou tecnocultural – os sujeitos são postos da posição da verbalização de si mesmos com vistas à construção de sua subjetividade cuja matéria-prima é dada, de ponta à ponta, pelos enunciados, pelos rituais, pelos dispositivos de poder, pela codificação científica ou pela forma das plataformas que compõem a objetividade própria das antigas e atuais práticas de subjetivação.

Entretanto, não precisamos constituir nenhuma distância da própria obra de Michel Foucault para argumentarmos pelo primado dos processos de objetivação nas práticas de produção de subjetividade. No capítulo III de sua obra *A Vontade de Saber*, intitulado *Scientia Sexualis*, Foucault (2009, p. 74) tratará daquilo que chamou de “[...] rituais da confissão nos esquemas da regularidade científica”. Nesse momento encontraremos, talvez, a via régia para o entendimento acerca do que está em jogo nos processos de objetivação presentes nas práticas de confissão

Através de uma codificação clínica do “fazer falar”: combinar a confissão com o exame, a narração de si mesmo com o desenrolar de um conjunto de sinais e de sintomas decifráveis; o interrogatório cerrado, a hipnose com a evocação de lembranças, as associações livres: eis alguns meios para reinscrever o procedimento da confissão num campo de observações cientificamente aceitáveis (FOUCAULT, 2009, p.74).

Por esse ângulo, tanto a Psicanálise como a Hipnose e as mais distintas práticas que hoje chamamos de Atenção Primária em Saúde Psicossocial entram no domínio dos efeitos da confissão indexada ao exame: trata-se, em quaisquer dos casos, de traduzir a prática de verbalização de si a partir de um esquema prévio. E, aqui, pouco importam as sutilezas epistemológicas ou as distâncias éticas entre tais campos: a escavação do túnel com vistas ao encontro do tesouro enterrado na fenda mais improvável só é possível porque o sujeito já tem em mãos a lanterna, a pá e a terra a escavar. A subjetivação só é constituída a partir de uma cena, de uma prática, de um dispositivo – e, portanto, de todo um aparato objetivo que é, ele mesmo, não apêndice de uma ciência, mas seu corpo concreto.

Ora, mas não estaríamos tomando a especificidade das práticas psicológicas, psicanalíticas e psiquiátricas como determinantes demais para a análise da confissão? Não seria a confissão um mecanismo restrito a essas disciplinas? E, se ela é condição de objetivação da subjetividade, não cumpre o papel legítimo de conferir objetividade a uma ciência? Certamente, as práticas de confissão, na generalização de seus pontos de exercício, na diversidade dos seus domínios de incidência e na pluralidade de efeitos de poder que produzem, não se encontram, de forma alguma, restritas ao domínio dos saberes e práticas *psi*. E sua objetivação, portanto, muito embora encontre aí o seu modelo mais acabado e, talvez, o seu esquema ideal de replicação, funciona em uma multiplicidade cada vez mais extensa de estratos sociais.

A obrigação da confissão nos é, agora, *imposta a partir de tantos pontos diferentes*, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não “demanda” nada mais que revelar-se; e que, se não chega a isso, é porque é contida à força, porque a violência de um poder pesa sobre ela e, finalmente, só se poderá articular à custa de uma espécie de liberação. (FOUCAULT, 2009, p.68-69, *grifos nossos*).

Dessa forma, bem compreendemos de onde é extraído o poder de objetivação da confissão. Por um contragolpe, ou, nas palavras de Foucault (2009, p. 69), por um “ardil interno”, as práticas de confissão precisam assumir que existe um poder repressor, censor e silenciador – precisam supor, portanto, a hipótese repressiva – para que se justifique todo o empreendimento de um poder que se colocaria como agindo em sentido contrário à repressão. Pois bem, esse é justamente o *poder de objetivação* que é imanente à confissão e que Foucault (2009) descreve a partir de alguns mecanismos: a) *o postulado de uma causalidade geral e difusa* – o que, por sua vez, justifica que se confesse sobre o que parece ter importância e o que não parece ter a menor importância; b) *o princípio de uma latência intrínseca* – o que faz com que o poder confessional não desista de pressionar o sujeito que confessa, posto que supõe que

a verdade de si insiste em esconder-se dentro do sujeito; c) *o método da interpretação* – o que faz a confissão precisar da presença de um terceiro que garanta a objetivação, posto que o sentido da verdade escondida é cifrada e demanda, portanto, uma pessoa outra que a decifre; e, por fim, d) *a medicalização dos efeitos de confissão* – o que coroa os demais mecanismos na medida em que atribui à prática da confissão, feita dentro de esquemas que a objetivam, uma consequência terapêutica, de alívio e de bem-estar.

Ante ao exposto, restaria alguma dúvida de que o pensamento de Michel Foucault poderia ser compreendido como uma Filosofia do Sujeito (ou uma Filosofia da Subjetividade) avessa às formas de pensar que perseguem – não com a ânsia métrica de quem calcula os hectares de um terreno, mas com o rigor de quem tenta desvendar um crime – uma forma de objetividade para os problemas que pretende enfrentar?

### **Considerações finais**

Fomos, neste estudo, na contramão de duas tendências complementares que, de pontos distintos, se retroalimentam: por um lado, aquelas que compreendem, de forma mais explícita ou menos explícita, que Michel Foucault é, por excelência, o pensador da subjetividade; por outro lado, aquelas outras que têm o entendimento de que o pensamento de Michel Foucault não dispõe de um arcabouço analítico legítimo ou rigoroso para contribuir com o debate sobre as formas possíveis de objetivação dos saberes. Assim como Benevides (2024) argumenta que Foucault assume um materialismo radical, dirigindo a análise materialista a domínios até então blindados pelo imaterialismo (como aquele referente à interioridade), e, com isso, vai na contramão de várias formas de pensar que o excluem desse campo, devemos dar semelhante passo. E, com isso, considerar não somente que Foucault possui larga contribuição no debate sobre as formas de objetivação como, além disso, conduz a análise objetiva das práticas de subjetivação de forma a encavar uma chave de leitura sobre os processos de objetivação em domínios relegados, por tantas formas de pensar, à condição de não-objetiváveis ou refratários a qualquer análise que pretenda objetividade.

Por não ser, esta, uma tarefa simples, menos por aquilo que se percebe sem muitos esforços na leitura de Michel Foucault e mais pelos obstáculos postos no caminho que acima descrevemos, cuidamos de tratar da questão de ponto de vista tanto arqueológico como genealógico – e, portanto, com legitimidade, dar alguns passos para uma *arqueogenealogia das formas de objetivação* no pensamento de Michel Foucault. Dessa forma, começamos por uma análise acerca das noções de enunciado e de formação discursiva. A singularidade do modo

com o qual Foucault (1997a) perspectiva sua análise do discurso constitui, para nós, o passo primeiro em nosso empreendimento: livrar nossa análise de certas exigências que, do ponto de vista em que nos situamos, antes atrapalham do que possibilitam a emergência de uma analítica que pretenda objetividade.

Poderíamos, é verdade, permanecer com nossa argumentação somente no nível da arqueologia. E, certamente, aprofundá-la. Todavia, justamente porque temos ciência do poder dos obstáculos que enfrentamos, não fomos por esse caminho. Sabemos como seria simples o contragolpe se por aí fôssemos; afinal, não seria tão difícil, aos olhos de muitos, argumentar que Foucault teria, paulatinamente, deslocado sua forma de pensar, saindo de um âmbito arqueológico, mais próximo ao estruturalismo, e se deslocando, cada vez mais, para uma análise de teor mais hermenêutica referente ao cuidado de si e à estética da existência. A genealogia seria, tão somente, a preparação para este momento: o deslocamento da análise do discurso para análise do poder seria o momento de preparação para aquilo que realmente importaria no final das contas, a saber, uma análise do sujeito. E sabemos que o próprio Foucault (2014), ao final de sua vida, deu certa piscadela para essa forma de compreender seu próprio pensamento:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos 20 anos. Não foi analisar os fundamentos do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos (FOUCAULT, 2014, p. 118).

Infelizmente, a partir deste texto de Foucault (2014), intitulado *O Sujeito e o Poder*, pulularam diversas análises centradas no conceito de *subjetividade* de forma a excluir ou deixar por menos uma analítica do poder e, mais ainda, quaisquer preocupações com as formas de objetivação das análises. Entretanto, a simples atenção ao que se segue imediatamente após a citação acima, no mesmo texto, poderia dirimir muitas atitudes teóricas que por aí se encaminham: “meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeito” (FOUCAULT, 2014, p.118) – e, assim, Foucault (2014) menciona, em linhas gerais, essas formas de objetivação sob o signo das suas três conhecidas fases de pensamento: a arqueologia, a genealogia e a ética.

Por esse motivo, portanto, consideramos importante trabalhar a problemática da objetivação no pensamento de Michel Foucault a partir de suas análises acerca de duas práticas cuja importância, assim argumentamos, merece grande destaque: o exame e a confissão. E nossa intenção, mediante este estudo, é em um primeiro momento bem simples. Trata-se de superar os referidos obstáculos que constituem matéria-prima do estereótipo e, com isso, desvincular

os temas e problemas da analítica da subjetividade de uma posição subjetivista e refratária à objetivação. E isto porque nosso posicionamento é não somente avesso, mas oposto. Como quem, em um inesperado meio giro de 180° graus, desarticula os adversários que pretendiam mapear seus passos para surpreendê-lo, antecipando-se em sua previsível direção, nesse momento derradeiro não teríamos outra coisa a dizer que não o seguinte: a analítica da subjetivação de Michel Foucault consiste, talvez, em uma das formas mais potentes, rigorosas e originais de trazer a análise objetiva para domínios por ela usualmente desqualificados, esquecidos ou, cinicamente, ironizados. Foucault, longe de ser o pensador da irracionalidade, do ceticismo e do subjetivismo é, para aqueles que conseguem ajustar seu estrabismo, talvez aquele que, mediante a perseguição constante a formas de objetividade singulares a uma analítica do saber, do poder e da subjetivação, um dos pensadores que mais tenha contribuído para o alargamento daquilo que, por incontáveis séculos, estamos chamando de *racionalidade*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, P. Michel Foucault: crítico do materialismo ou materialista radical? In: *Dialectus*. Fortaleza, vol.32, n.32, jan. 2024, p. 82-102.
- BENEVIDES, P; SIEBRA, J. A Pesquisa Arqueogenealógica: apontamentos para uma analítica do poder, do discurso e da subjetivação. In: BARROS, J.; MELLO, R.; ANTUNES, D (Orgs.). *Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020, 284-301.
- CARDOSO Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. In: *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v. 18, n.1, 2005, p. 343-349.
- CHENEY-LIPPOLD, J. A new algorithmic identity: soft biopolitics and the modulation of control. In: *Theory, Culture & Society*. Londres, vol. 28, n. 6, 2011, p.164-181.
- FOUCAULT, M. *Malfazer, dizer verdadeiro: função da confissão em juízo*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos – IX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 118-140.
- FOUCAULT, M. *O Poder Psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- FOUCAULT, M. Cristianismo e Confissão. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. Trad. Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010a, 167-186.
- FOUCAULT, M. *Do Governo dos Vivos*. São Paulo: Martin Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1997a.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- FOUCAULT, M. *A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal, 2009.

- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1997a.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- GROS, F. *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola editoria, 2004.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MAYER-SCHÖNBERGEN, V.; CUKIER, K. *Big Data: la revolución de los datos massivos*. Madrid: Turner, 2013.
- NETO, J. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. In: *Revista Polis e Psique*. Porto Alegre, v. 7, n. 3, 2017, p. 7-25.
- SILVA, S; VERÍSSIMO, D. Foucault: subjetividade e verdade à luz do cuidado de si. In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 27, n.1, 2022, p.7-25.
- SOLER, R. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. *Fractal: Revista de Psicologia*. Niterói, v. 20, n.1, 2008, p. 571-582, 2008.
- SOLOVE, D. *The digital person: Technology and privacy in the information age*. Nova Iorque: New York University Press, 2004.
- VÁZQUEZ GARCÍA, F. Foucault y la filosofía analítica. In: *Centro de Investigaciones Sociojurídicas*. Manizales, vol. 7, n.11, 2009, p.109-143.
- ZIZEK, S. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.